

VIDAS DESCARTÁVEIS: PODER E BIOPOLÍTICA NA LÓGICA NEOLIBERAL DOS TEMPOS HODIERNOS SOB A ÓTICA DE MICHEL FOUCAULT

Disposable lives: power and biopolitics in the neoliberal logic of the hodiernal times under the look of Michel Foucault.

Ricardo George de Araújo Silva¹

RESUMO: Ao tratar da biopolítica no corpo teórico de Foucault ensinamos compreender como o autor mobiliza esse conceito. Todavia, visamos entender esse conceito a partir de uma lupa, qual seja: compreender a biopolítica como administração da vida, como técnica de poder que faz viver e deixa morrer. Nessa direção, nos interessa entender como se deu o desenvolvimento da prática biopolítica e de como evoluiu o conceito e, sobretudo, como a biopolítica atua em nossa sociedade contemporânea, sobretudo, nos moldes do neoliberalismo. O texto assumira caráter bibliográfico, já consagrado nos estudos em filosofia e terá como corpos teóricos a obra de Foucault.

Palavras-chaves: Biopolítica. Vidas descartáveis. Neoliberalismo. Foucault.

ABSTRACT: When dealing with biopolitics in the theoretical body of Foucault, we try to understand how the author mobilize this concept. However, we consider understanding this concept from a magnifying glass, which it is: understand the biopolitics as administration of life, as technique of power that makes to live and let die. In this direction, it interests us to understand how the development of the biopolitical practice happened and how the concept develops and, especially, how the biopolitics performs in our contemporaneous society, mainly, in the pattern of the neoliberalism. The research assumed the text character, already established in the philosophy studies and it's going to have as theoretical central bodies the Foucault's work.

Key-words: Biopolitics. Disposable lives. Neoliberalism. Foucault.

Estamos imersos em uma época marcado pelo controle das pessoas. Talvez nunca na história da humanidade tenhamos experienciado tamanho controle. Câmeras nas ruas, de tão longo

¹ Doutor em filosofia – UFC. Professor da graduação e do Mestrado Acadêmico em Filosofia da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA (Sobral - CE). Professor colaborador do Mestrado Profissional em Filosofia da Universidade Federal do Ceará [PROF-FILO/UFC]. E-mail: ricardogeo11@gmail.com

alcance que nos capta dentro de veículos, vigilância no elevador, no transporte público, nos bancos, nos comércios. Por onde olhamos, temos um: “sorria você está sendo filmado”.

Poderíamos supor que tamanho controle implica em cuidado com a vida. Proteção de nossas existências. Talvez um olhar descuidado e superficial chegue a essa conclusão. Todavia, nossa lupa, da conta de que no contexto da lógica neoliberal não são vidas que importam, não são seres humanos que se protegem. Em última instância, vidas são descartáveis. Na lógica neoliberal o que se protege são bens. São processos de produção, são relações comerciais, são produtos. Nessa racionalidade os corpos importam tanto quanto favoreçam o capitalismo e sua estrutura de assolamento das vidas em favor da produção.

Nosso tempo, revela que no “jogo social”, as regras, que protegem a dinâmica do jogo, e sua perpetuação não estão centradas em vidas. A racionalidade vigente da conta de proteger a lógica de funcionalidade de um sistema que garante a vida, tanto quanto ela esteja a serviço de perpetuar os processos, no caso, os processos neoliberais. Se, de algum modo, qualquer vida se opor, como obstáculo, ou encontrar-se em “enquete” para saber quem vale mais, para subsistir em tal racionalidade, em tal processo, logo a vida é descartada em favor da manutenção do mercado.

Para o neoliberalismo, a pergunta pela vida, em detrimento de sua lógica é uma falsa questão, que não deveria nem ser colocada. Prova disso, milhões de crianças ao abandono, miseráveis nas ruas, fome, e, por último a pandemia do COVID-19 escancarou essa realidade. Na medida em que a lógica neoliberal atua, o mercado, os processos de financeirização da economia e tudo o que valha sempre tem prevalência ou ocupam a mídia na defesa dessa prevalência.

Se estamos sob a égide de dispositivos de controle e vigilância cada vez mais sofisticados e tecnologicamente avançados, isso não implica que servirão para a proteção da vida. Contudo, a ideia de administrar vidas, vigiar corpos e controlar populações, no sentido de condução de comportamentos, parece cada vez mais pertinente sob a lógica do mundo neoliberal. Temos consciência que em Foucault os momentos são distintos no sentido que o controle dos corpos e, sua disciplina, é mapeado em um momento e quando o conceito de biopolítica, emerge vem representar algo maior ligado, as populações. Embora, em nosso entender, no cotidiano, essas dimensões ainda encontrem suas expressões. Contudo, sobre a correta demarcação nos esclarece nosso autor:

Ao que essa nova técnica de poder não disciplinar se aplica é – diferentemente da disciplina, que se dirige ao corpo – a vida dos homens, ou ainda, se vocês preferirem, ela se dirige não ao homem-corpo, mas ao homem vivo, ao homem ser vivo; no limite, se vocês quiserem, ao homem-espécie. Mais precisamente, eu diria isto: a disciplina tenta reger a multiplicidade dos homens na medida em que essa multiplicidade pode e deve redundar em corpos individuais que devem ser vigiados, treinados, utilizados, eventualmente punidos [...] Depois da anátomo-

política do corpo humano, instaurada no decorrer do século XVIII, vemos aparecer, no fim do mesmo século, algo que já não é uma anátomo-política do corpo humano, mas que eu chamaria de uma “biopolítica” da espécie humana (FOUCAULT, 2010, p. 204).

Suspeitamos que o mundo vive uma forte onda, de negligência da liberdade, em favor do controle, em nome de uma suposta segurança, muitas vezes criando um clima ou mesmo a implementação de um Estado de exceção². Ao passo que isso possa nos tranquilizar, enquanto população, temos corpos subjugados, pelo simples fato de serem pretos e pobres, por serem homossexuais ou por serem moradores da periferia ou das comunidades localizadas nos morros.

No contexto desse paradoxo, da segurança estendida, alcançando todas e todos, via vigilância e do corpo subjugado e da população controlada, nos vemos no interior do desenvolvimento do neoliberalismo, que visando a maximização do lucro e a minimização de gastos, se expande trocando vidas por títulos e comódite³.

Nesta direção, entendemos que os tempos hodiernos se vê marcado, por uma biopolítica, na perspectiva que Foucault estabelece, isto é, como administração da vida. Dito de outra forma, como governamentalidade⁴, enquanto espaço e lógica de criação de permanente controle e vigilância. Essa vigilância, controle e horror teve sua maior expressão, nos regimes totalitários que, ao nosso entendimento, representam formas claras de biopolítica, enquanto controle das populações e gestão da vida, sobretudo, no uso terrível dos campos de concentração. Expressa bem isto as palavras de Aguiar (2008, p. 83),

O fim último é o controle total da população, a manipulação e padronização das reações humanas já em teste nos laboratórios de extermínio. Os campos produzem o animal humano adequado ao controle técnico e ideológico. A queda da liberdade não é proveniente apenas da arbitrariedade do líder ou do movimento, mas principalmente dos mecanismos de controle, expressão da

² O Estado de exceção é a figura jurídica que como o nome sugere deveria emergir na excepcionalidade, visando proteger o Estado e os interesses coletivos a partir da suspensão de direitos. O risco, aí posto, recai justamente na perda das liberdades, quando a exceção vira a regra. O filósofo italiano Giorgio Agamben também chama atenção, desta anomalia, que tomou conta das democracias e, se tem se tornado, cada vez mais presente nas práticas dos ditos Estados democráticos de direitos. Talvez, o mais emblemático exemplo, mais não único, seja o “*Usa Patriot Act*, promulgado pelos Senado no dia 26 de outubro de 2001, que permite ao *Attorney general* “manter preso” o estrangeiro (*alien*) suspeito de atividades que ponham em perigo “ a segurança nacional dos Estados Unidos” (AGAMBEN, 2004, p.14).

³ Commodity ou, em português, comódite, corresponde a produtos de qualidade e características uniformes, que não são diferenciados de acordo com quem os produziu ou de sua origem, sendo seu preço uniformemente determinado pela oferta e procura internacional.

⁴ Governamentalidade, porque é um conjunto de técnicas de gestão que resultam num contexto de poder, não pode ser confundida com a soberania, que se preocupa, sobretudo, com a conquista e manutenção do poder. Cf. (BRANCO, 2015, p.71).

onipotência da organização testada nos campos de concentração. A morte como lógica do poder se expõe, assim, de forma organizada.

Desse modo, voltando nosso olhar para o tempo presente, temos que a vida passa a ser biopoliticamente mapeada e dividida no sentido de estabelecer quem pode, o que e quando pode. Por isso, vemos por muitas vezes, os jovens negros das periferias, como eternos suspeitos, em meio as chamadas áreas nobres das grandes cidades. Tudo vira motivo de vigilância e tudo passar a ser recortado, redesenhado, se construindo uma fronteira artificial dentro dos limites da geografia política de cada cidade.

Neste sentido, emergem microrregiões de existência, que estabelece onde cada ser humano deve estar e até que hora pode ficar e de que maneira deve se portar. Nesta direção, acabam por ter suas subjetividades controladas e subjugadas. De tal modo que a racionalidade neoliberal, biopoliticamente estabelecida, define as formas de vida e existência, sob o manto da proteção, embora não seja a proteção de vidas, mas da sua lógica. Nas palavras de Chignola (2015, p. 08),

Este processo, mais uma vez, não percorre geografias lineares. Trata-se de uma fronteira – que é traçada entre quem recebe a “somatização” da existência singular que é produzida por estas “biopolíticas” materiais da vida e quem é impedido ou excluído – que divide blocos de população dentro das grandes metrópoles globais territorializando de forma diferenciada singularidade e classes. O desenho do espaço social derivante corresponde ao mapa de riscos que caracteriza o ambiente da regulação neoliberal.

Nessa lógica neoliberal, sempre fica pairando uma sensação de proteção, de preocupação com as populações. Como dissemos antes, há uma intenção de proteção, diríamos até, que à luz de Foucault, mas do que intenção, há sim uma proteção, uma vez que o elemento biopolítico se expressa também nesse arco que vai da definição de quem vai viver e quem vai perecer. Nesta esteira, a administração das existências se encontra sob égide da máxima do pensador francês que expressa o: “fazer viver e deixar morrer” (FOUCAULT, 2010, p. 207).

Desse modo, está seguro, significa de algum modo está representando o interesse do neoliberalismo. E, esse interesse, sempre se manifesta pela direta utilidade que você tem no interior dessa racionalidade. Uma vez que sua utilidade diminua o “deixar morrer” lhe alcança, muitas vezes sob o desprezível argumento de que: “muitos irão morrer, faz parte. Que eu posso fazer⁵?” A naturalização da morte como descarte é a constatação do horror dos nossos tempos.

⁵ Esse tipo de raciocínio ocupou o discurso do Presidente do Brasil Jair Bolsonaro, no trato da pandemia do covid 19. Demonstrando sempre maior preocupação com o mercado do que com as vidas humanas ceifadas.

Claro que morrer é natural, não se trata de negar isso. O que está em jogo aqui é o morrer como descarte, como determinante biopolítico, na qual quem vai morrer já não é um dado natural, mas uma decisão estratégica de administração da existência, controle da vida e ordenamento do convívio. A governamentalidade neoliberal, expressa, portanto o artificialismo da finitude. De seres finitos, passamos a seres artificialmente datados, passamos a ter uma “validade” consoante os interesses e as estratégias da racionalidade neoliberal e seus determinantes biopolíticos. Nas palavras de nosso autor: não é tanto viver ou morrer que importa ou tem primazia, pois o que vale depende agora de uma “gestão calculista da vida” (FOUCAULT, 2017, p. 147).

Aqui no interior da lógica biopolítica e na perspectiva do neoliberalismo como tecnologia de poder hegemônico encontramos a descartabilidade do diferente, do plural, sempre pelo apelo destes serem os “anormais” que não se enquadrando, em algum momento, forçaram sua descartabilidade do convívio. Tendo, pois, suas vidas alcançado o determinante final, uma vez que sua “anormalidade” passando a ser um incômodo e um obstáculo, não impede que para salvaguardar a sociedade se possa deixar morrer os inconvenientes. Assim: “São mortos legitimamente aqueles que constituem uma espécie de perigo biológico para os outros” (FOUCAULT, 2017, p.149).

Ao nos depararmos com o problema pandêmico que assolou o mundo podemos observar na postura de muitos governantes, a nível mundial, e de modo especial no Brasil uma postura clara na direção do deixar viver e fazer morrer, consoante a lógica de mercado. O discurso neoliberal tomou conta dos discursos desses governantes que esbravejam o perigo econômico que corremos. E, não se trata de negar isso. E, sim, da oposição na qual se utiliza esse jogo de palavras, uma vez que, neste contexto, o que emerge é a defesa do mercado. Em última instância importa defender a economia em detrimento da vida. Aqui, claramente observamos a biopolítica em sua dimensão de uma administração da população. A manobra administrativa, fitou suas estratégias não no corpo – individual a ser disciplinado, mas visou a organização e administração da população. Como bem ressaltou Foucault (2017, p. 28):

Os governos perceberam que não têm de lidar simplesmente com sujeitos, nem mesmo com um “povo”, porém uma população, com seus fenômenos específicos e suas variáveis próprias: natalidade, morbidade, esperança de vida, fecundidade, estado de saúde, incidência de doenças, forma de alimentação e de habitat.

Ainda, em outro momento, nosso autor destaca o papel central da biopolítica, que ousamos afirmar, que se encontra em plena vigência em nosso tempo presente, enquanto administração da vida de uma população, diz ele:

Não é exatamente com a sociedade que se lida nessa nova tecnologia de poder (ou, enfim, com o corpo social tal como o definem os juristas); não é tampouco com o indivíduo-corpo. É um novo corpo: corpo múltiplo, corpo com inúmeras cabeças, se não infinito pelo menos necessariamente numerável. É a noção de “população”. A biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder, acho que aparece nesse momento (FOUCAULT, 2010, p. 206).

A máxima de Aristóteles de que o homem é um animal político, ressoa na teoria de Foucault quando este afirma que “o homem, durante milênios, permaneceu o que era para Aristóteles: um animal vivo e, além disso, capaz de existência política; o homem moderno é um animal, em cuja política, sua vida de ser vivo está em questão (FOUCAULT, 2017, p. 155). Nos parece que para o pensador é evidente que a vida política, mais que qualquer outra coisa, está sempre em questão. Isto é, a partir do momento em que a ideia de condução das existências passou a ocupar as estratégias de governos passamos a ter a vida sob o fio da navalha administrativa. Viver e morrer ganhou contornos decisivos para controle populacional, para segurança e permanência do *status quo* entre outros.

Nosso mundo atual, revela que a constatação feita por nosso pensador, a partir de Aristóteles, de que a vida está em questão, se atualiza nas governamentalidades, do mundo neoliberal. Nos deparamos com vidas descartáveis a todo instante. A pandemia do covid 19, que assola o mundo e de modo trágico o Brasil, revelou que uma série de pessoas podiam ser descartadas, sem “maiores prejuízos” na lógica do mercado. Por isso, se falou tanto em proteger os CNPJs, e, essa defesa, da chamada pessoa jurídica, foi lançada a público em detrimento dos CPFs, isto é, em vista do clamor a proteção a vida.

Os governos, da gestão da vida, desde seu início, miravam o controle das populações salvaguardando seus interesses. O que está em jogo na lógica biopolítica é a gestão. E, na esteira de raciocínio da gestão importa manter os processos protegidos a todo custo. Por isso, a vida passa a ser considerada descartável, toda vez que o processo de gestão está sob ameaça. Nesse modelo, a biopolítica emerge como poder determinante, isto é, “o poder se situa e é exercido no nível da vida, da espécie, da raça e dos fenômenos maciços de população” (FOUCAULT, 2017, p. 148).

AS VIDAS DESCARTÁVEIS DO MUNDO PRESENTE

Nossas cidades, como antes dito, não pertence a todos. A ilusão democrática de que a cidade é do povo, não alcança a vida prática, sócio-historicamente determinada. As periferias das

grandes cidades comportam corpos matáveis. Subjetividades indesejáveis, vidas nuas⁶ que ameaçam e destoam da estética imposta. São incômodos e, por vezes, desnecessários. Os moradores de rua, os idosos, pessoas em um estado limite da existência entre tantos, são alvos constantes de medidas de expurgo.

Certamente, não pretendemos minimizar o problema, sabemos o quanto é aguda essa questão. Todavia, escutar as vozes de protestos, de parcela da população que se sente incomodada com a presença destes, a ponto de criticar e condenar pessoas e movimentos que fornecem ajuda humanitária, nos estarrece a compreensão.

Agudiza o cenário, constatar que governos dão ressonância a essas práticas de expurgo cedendo ao *lobby* de eleitores das classes abastardas e empresários dos centros comerciais das grandes cidades. Esse expurgo, que é histórico⁷, preciso ser compreendido dentro da lógica neoliberal que lança pra fora da cidadania e da mínima possibilidade de resgate dessa, os indivíduos que necessitando de inclusão encontram a negação do direito de pertencer, ou como diria Arendt “o direito a ter direitos” (ARENDDT, 1989, p, 332)

De algum modo, os moradores de rua representam bem os corpos indesejados, que não devem constituir a vida na cidade, pois destoam da estética desejada e ocupam o lugar privilegiado das transações comerciais. Neste contexto, a vida fica em segundo plano, em favor da lógica do famigerado mercado. Se os moradores de rua, em suas vidas limites, são de alguma forma uma ameaça, a solução biopolítica mais prática é o extermínio, que aos poucos vai se realizando, desde o abandono, na ausência de políticas públicas até o assassinato.

Numa perspectiva da governamentalidade, podemos dizer que o trato com esses indesejáveis figura na administração coercitiva de controle. Não à toa, muitos se manifestam a favor de internamento involuntário. Nada mais próprio da racionalidade da governamentalidade. Segundo Senellart “a governamentalidade constitui uma “figura original do poder, articulando técnicas específicas de saber, de controle e de coerção” (SENNEART, 1995, p,2).

Esse panorama, pode ser descrito também aos jovens da periferia, que são alvejados pelo Estado, em seu braço de repressão: a polícia. Ser jovem da periferia, no Brasil de hoje implica, ser suspeito! Sobretudo, se for negro. Nesta linha de raciocínio, é preciso evitar a compreensão distorcida, na qual se entende que o poder que realiza a gestão da vida, fica restrito ao Estado. Em

⁶ Vida nua é um conceito da gramática de Giorgio Agamben que resgata do direito romano a figura do *homo sacer* que representa a figura do indivíduo matável. A vida nua nesse sentido representa “O sujeito último, que se trata de executar e, ao mesmo tempo, de incluir na cidade, é sempre vida nua” (AGAMBEN, 2017, p. 15)

⁷ Essa prática de expurgo foi implementada aos sertanejos cearenses, que considerados indesejáveis na cidade de Fortaleza, foram colocados em “campos de concentração da seca” sob a vigilância de jagunços armados e proibidos de habitarem a capital, em um projeto higienista. Cf. RIOS, 2001.

Foucault o poder é sempre uma relação e se dissemina, sobretudo, nas microestruturas. Nessa direção, o poder tem sua manifestação na esfera mais molecular da sociedade sem precisar da macroestrutura para manifestar-se. Embora, seja inegável, a atuação desse poder como governamentalidade.

Os jovens da periferia, os moradores de rua, os LGBT's e tantos outros sofrem a ação desse poder na presença dos seus pares cotidianos, nas praças, nos shoppings, nas lojas de departamento, no cotidiano das ruas. Esse micropoder alcança as subjetividades em suas vidas, na dimensão mais íntima e de alguma forma se espalha de modo tão agudo que nada lhes escapa. Foucault, nesta esteira, inaugura uma nova leitura do poder para além do modelo centrado no Estado. Ao lê o poder como relação desvela toda e qualquer forma de subjetivação que ocorre nos mais diversos lugares e nas mais diversas situações. Dessa forma,

O poder tem tal alcance e está tão disseminado nos múltiplos lugares da vida social que, em certos casos, pode levar a abusos e a patologias do poder que estão conectadas ou sintonizadas com segmentos importantes do mundo social e político, tão extensos, capilarizados e disseminados no mundo social que não se restringem nem poderiam estar limitados ao campo circunscrito da esfera estatal. (BRANCO, 2015, p. 72)

Dito isto, cabe salientar que é inegável que esse poder manifesta seus excessos mais agudos e sistemáticos quando na figura do Estado. Sobretudo, quando de sua proposta de gestão da vida. Pois, na violência manifesta, contra essas minorias a cima citadas, as políticas surgem negando-lhes direitos e lançando-os para o infortúnio, na qual, por vezes o resultado dessas políticas é a descartabilidade da vida. A condição dos nossos índios, diante da pandemia no Brasil atual, salta como outro triste exemplo dessa gestão, que por negligência ou violência os abandona ou os condena a morte. Temos nesse panorama, uma clara manifestação de quem deve viver e de quem pode morrer.

Essa biopolítica da espécie humana, descrita como uma nova forma de poder, por Foucault, tem alimentado a racionalidade do mundo hodierno e conduzido as práticas de governamentalidade. Aqui já não importa a conquista, a expansão territorial e a manutenção destes como na soberania. O que está em jogo é a vida e sua gestão. A espécie, como população precisa ser controlada, administrada para otimização da vida em sociedade.

Todavia, essa otimização da vida, via, saúde, segurança, alimentação e correlatos não comporta o diferente, ou nas palavras de Foucault os “anormais”, os indesejados ou aqueles que apresentem algum risco biológico, ou em última instância, não comporta aqueles que ameaçam a lógica neoliberal, na qual o mercado sempre deve ter prevalência. Segundo Foucault (2010, p, 215) “A morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria minha segurança

pessoal; a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura”.

Assim, temos que a biopolítica marca e demarca nosso modo de vida atual. Esse dispositivo de regulação da vida nos captura de tal maneira que entendemos viver em plena normalidade. A capacidade de captura do dispositivo biopolítico é tão sutil e eficaz que por ora, corroboramos ele, e o defendemos, sem perceber que fomos por ele capturado. Explica um pouco isso a questão da segurança. Nós, tomados pelo medo, ansiamos pela máxima: “sorria você está sendo filmado”, claro que isso é apenas um grosseiro exemplo de como estamos sendo controlados por todo tipo de tecnologia e, nada nos impede de nos cadastrarmos em mais uma plataforma, na qual nossos dados e nossa vida passara a ser vigiada. Nesta direção, podemos afirmar que fomos tomados pelo dispositivo biopolítico e, de alguma forma, nos agenciamos a esse domínio.

O elemento biopolítico adentrou toda forma de saber, de rito, de negociação de relação. Como nos esclarece Soler (2016, p. 04),

Compreendida como uma tática gerencial cuja função seria a de instituir padrões reguladores e normativos sobre a vida, a biopolítica pode ser caracterizada como um dispositivo que percorre os mais variados processos que envolvem as estratégias de saber, as práticas de poder e os processos de subjetivação.

O dispositivo biopolítico responde ao neoliberalismo e a lógica do capital de tal maneira, que é difícil determinar as fronteiras entre ambos. O capitalismo, e sua lógica tardia neoliberal, determinam o modo de vida e as sendas a serem percorridas. Muitos tendem a ver uma ruptura ou negação do que Foucault tratou em momentos anteriores de sua pesquisa até chegar ao estudo da governamentalidade, como lógica neoliberal. Contudo, o que temos é um movimento conceitual, que se debruça sobre um novo momento a ser perscrutado, sem necessariamente negar os anteriores.

Desse modo, encontramos um deslocamento que visa o corpo-espécie, todavia, não em detrimento do anátomo-corpo, mas como uma visada para um momento histórico, que se impõe a partir de uma nova categoria política, destacada por Foucault, a saber: a população. Nesta pista, nos esclarece Duarte (2012, p, 240):

Para compreender as transformações ocorridas na nova dinâmica de exercício do governo ocorridas ao longo do século XVIII, já não bastava mais recorrer, a título de contraste, aos modelos do controle medieval, por meio da exclusão binária entre doentes e saudáveis (...) nem tampouco era suficiente recorrer ao exemplo do controle da peste no século XVII, empreendido segundo a técnica de esquadramento do espaço urbano organizado por um sistema de tipo disciplinar (...) Agora, impunha-se a Foucault pensar o exercício do governo estatal sobre os fenômenos vitais da população a partir de

instâncias inteiramente novas, como exemplo do mecanismo de seguridade da inoculação controlada da varíola em uma dada população visando o controle de surtos epidêmicos. (...) O problema visado pelos dispositivos de seguridade não era mais o de separar binariamente os indivíduos ou o de esquadrihar o espaço urbano, mas, sim, o de regulamentar o movimento livre e a adequada circulação das coisas, das pessoas e da riqueza.

Nesta direção, Foucault advoga que a racionalidade liberal e neoliberal está no bojo do capitalismo. Todavia, não apenas como forma de exercício econômico, mas, sobretudo, como uma lógica de controle de condutas, como uma racionalidade que é paulatinamente introjetada pelos indivíduos, o que muito favoreceu ao desenvolvimento do capitalismo. Foucault (2017, p, 151-152) ressalta; “Esse biopoder, sem a menor dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção”.

O neoliberalismo e sua lógica de condução de condutas gerou, em nossos dias, “o empreendedor de si” essa figura assume a presente lógica sem questionar e dela, por vezes, se orgulha, sem perceber que foi capturado. Na esteira do cuidado de si, isto é, de um estilo de vida, de uma forma de vida, que sempre entende, está fazendo o melhor para si. Contudo, no contexto do neoliberalismo, sem perceber que está capturado, essa vida tem seu foco reduzido a pura laborização. Tudo se torna um eterno ciclo do sobreviver, do consumir e do trabalhar para produzir, guiados majoritariamente, pelos valores do mercado. O empreendedor de si, na lógica neoliberal, de alguma forma assume isso como o melhor para sua vida, ainda que se encontre, apenas capturado por uma lógica de exploração.

Por fim, podemos asseverar que na esteira da racionalidade neoliberal a vida administrada é tratada como um produto de prateleira. Aqui, a laborização da vida, é o guia das condutas. A vida tem importância e merece continuar tanto quanto, a lógica do neoliberalismo, possa se alimentar do que esta vida produz ou impõe a si como capacidade de produção. Na perspectiva da existência administrada, permanecer vivo não depende apenas de intervenientes naturais, mas agora, somados a esses temos os determinantes biopolíticos, que afirmam ou negam a vida. Cabe ressaltar, que na racionalidade neoliberal viver e morrer, depende agora, de um cálculo que visa sempre a maximização do lucro e a minimização de gastos. Na gangorra desse cálculo, oscila a possibilidade da vida e da morte.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Meios sem fim, notas sobre a Política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

_____. **Estado de Exceção**. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGUIAR, Odílio. A tipificação do totalitarismo segundo Hannah Arendt. **Revista Dois pontos**, Curitiba, São Carlos, volume 5, número 02, p. 73-88, outubro de 2008.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

BRANCO, Guilherme Castelo. **Michel Foucault – Filosofia e biopolítica**. Trad. Davi Pessoa. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

CHIGNOLA, Sandro. A Vida, O Trabalho, A Linguagem: biopolítica e biocapitalismo. **Revista IHU On-line**, São Leopoldo, volume 13, número 228, p. 01-19, outubro de 2015.

DUARTE, André. **Vidas em Risco – crítica do presente em Heidegger, Arendt e Foucault**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária. 2010.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. Trad. de Maria Ermatina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução de Maria T. da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 4º ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2017.

RIOS, Kênia Sousa. **Campos de concentração no Ceará: isolamento e poder na seca de 1932**. Fortaleza: Museu do Ceará/ Secretária da cultura e do desporto do Ceará, 2001.

SENNEART, Michel. A crítica da razão governamental em Michel Foucault. **Revista Tempo social**, São Paulo, volume 7, número 1/2, p. 1-14, outubro de 1995.

SOLER, Rodrigo Dias de Vivar. O que é uma ontologia do endividamento? Biopolítica e financeirização da vida. **Revista Clínica & Cultura**, volume 2, número 1, jul-dez de 2016.